

Maria Otília Pereira Lage\*

## Empresa Metalúrgica da Longra, um caso no modo português de industrialização: estudo sob *os regimes de acção*

R E S U M O

*Este artigo desenvolve o nosso texto Metalúrgica da Longra (1920-1993): ancoragem para um estudo sob os regimes de acção<sup>2</sup>. É um estudo de caso histórico-social, na linha de fronteira tradição/ inovação, à luz da sociologia da acção e centrado na análise compósita de dispositivos heterogéneos: colectivos e objectos fabris, acções e inter-relações, trajectórias e discursos dos actores-actantes desta empresa emblemática, enquanto formas de compromisso/disputa e regimes de acção, lógicas ou “mundos”.*

A B S T R A C T

*This paper continues our research study entitled Metalúrgica da Longra (1920-1993): ancoragem para um estudo sob os regimes de acção. It is an historical and social case study treading the line between tradition and innovation, based in the sociology of action and centred in a composite analysis of diverse elements: collective spaces and factory objects, activities and interrelations, paths and strategies of the actors/actants from this emblematic company, seen here as manifestations of compromise/dispute and plans of action, as points of view or as “worlds”.*

### Introdução

A Metalúrgica da Longra<sup>3</sup> (1919-1995), fábrica de equipamento hospitalar e mobiliário para escritórios, situada no lugar da Longra, concelho de Felgueiras, inicia o seu percurso como oficina familiar, inicialmente, com 5 a 10 trabalhadores, fabricando ferramentas, alfaias agrícolas e móveis domésticos de ferro. Tornou-se, entretanto, a primeira empresa nacional a fabricar material hospitalar, sob a firma M&I.T., Lda, nos anos 1940, já com mais de 100 trabalhadores. Evolui, com ampliação e modernização das instalações fabris que passam a empregar cerca de 200 pessoas, para Sociedade Metalúrgica da Longra, Lda, na década de 1960, período em que continua

---

\* Docente da Universidade Lusófona do Porto e Investigadora do CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão adaptada e muito reduzida do capítulo 4 da nossa tese de mestrado LAGE, Maria Otília Pereira – *Comunidade e Fábrica. Na linha de fronteira Tradição-Inovação: Um caso no modo português de industrialização*. Braga: UM, 1995 (policopiado)

<sup>2</sup> Editado na “Revista da Faculdade de Letras: História”, Universidade do Porto, III Série, vol.8, Porto, 2007, p. 217-236.

<sup>3</sup> Designada ao longo do texto pelos acrónimos ML e L, sendo este último, também, sigla identificadora do nome do lugar de localização da fábrica.

ligada aos Laboratórios Sanitas. Nos anos 1970, já então com um colectivo fabril de mais de 400 trabalhadores, a Fábrica Longra – Douro, torna-se pioneira na aplicação e desenvolvimento do design industrial, em Portugal, facto a que não é alheia a colaboração estreita do reputado designer, Professor Daciano Costa.

Ao longo destes quatro ciclos, em que a empresa chega a empregar, entre as décadas de 1960 a 1980, 600 trabalhadores, muitos deles oriundos das mesmas famílias, (operários, engenheiros, agentes técnicos, administrativos, desenhadores e controladores, afectos a diversas áreas especializadas: serralharia, polissagem, pintura, pré-montagem, cronometragem, galvanoplastia, marcenaria, estofaria, manutenção, armazéns), os processos e a estrutura de fabrico passam também por várias fases de especialização e maior complexidade, segmentando-se, ao nível da estrutura organizativa, em administração, direcção fabril e comercial, organização comercial e financeira e gerência que superintende nos seguintes sectores: produção/fabrico; técnico; marketing; social e pessoal (com cantina, refeitório, escola, biblioteca, boletim, grupo desportivo e serviços médicos e de enfermagem); e administrativo.

Paralelamente, e, em especial, desde os anos 1944/46, com a dinâmica económica pós - II Guerra Mundial desenvolvem-se no local, nas proximidades da Metalúrgica da Longra, e em grande medida sob influência deste importante núcleo fabril, redes fabris que incluem não só um número considerável de oficinas, mas também fábricas metalúrgicas e de mobiliário, de razoável dimensão e notoriedade nacional como a IMO, a PRELMO, a FAMO, para além da mais recente série de fábricas de calçado do concelho de Felgueiras que muito beneficiou do Know-how da Metalúrgica da Longra, designadamente, em métodos de cronometragem. Tal conjuntura pode aliás traduzir o que Alfred Marshall [1842-1924] <sup>4</sup> já caracterizava, para o caso inglês, como aglomeração representativa de meios produtivos em que se formou uma cultura técnica (uma combinação de saberes leigos ou tácitos e de saberes codificados) disponível para o uso generalizado por um conjunto de empresas em que se aprofundou uma especialização e se estabeleceu um sistema de relações inter-fabris ou inter-industriais ... o que tudo conferiu especiais capacidades a este sistema local. Este foi um considerável contexto para o desenvolvimento de externalidades positivas e um factor positivo de criação de riqueza e de inovação.

Por tudo isso, se configura também a Metalúrgica da Longra como um caso no modo de industrialização português, cuja análise social se empreende, centrada no “método de caso alargado”<sup>5</sup>, quadro heterogéneo, e assente num intenso trabalho de campo<sup>6</sup>, “fonte de todos os nossos conhecimentos e prova decisiva”<sup>7</sup>, com incidência particular nos objectos e nos actores ‘tomados a sério’, em suas trajectórias biográficas e profissionais. O quadro conceptual mobilizado

---

<sup>4</sup> Citação indirecta e adaptada de autor referido por REIS, José – *Territórios e coesão territorial: há soluções inclusivas para a crise*. “Le Monde Diplomatique”, edição portuguesa, nº 45, II Série, Jul.2010, p. IV de Dossier “A Europa e as Saídas para a Crise”

<sup>5</sup> Este método “escolhe um caso... em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial.” (SANTOS, 1983).

<sup>6</sup> Resultados construídos, para além das fontes e documentos, a partir de dados e informações colhidas em 50 entrevistas semi - estruturadas individuais e colectivas a trabalhadores e familiares de antigos donos da empresa.

<sup>7</sup> Boltanski, Luc, 1990:134.

é fundamentalmente o do interaccionismo simbólico e o da Sociologia da Acção. Nesta linha e, seguindo uma abordagem analítica do material levantado por “amostragem teórica e comparação constante”<sup>8</sup> “faz-se emergir a competência dos actores, quer dizer, a sua capacidade de ter em conta os constrangimentos que cada situação comporta, e portanto ‘de produzir numa situação determinada argumentos aceitáveis pelos outros’”<sup>9</sup>.

Ao focar-se a análise na competência dos actores sociais e não nos factos sociais, mobilizam-se, articuladamente, conceitos de grande valor heurístico, como: *recursos, lógicas ou mundos sociais, regimes e modos de acção, competências, trajetórias, ciclos, redes, estados e objectos*. Provenientes de diversos contributos teóricos e metodológicos, tais conceitos permitiram-nos, entre outras observações, perspectivar a realidade compósita da fábrica, económica, em primeira linha, mas também social, do ponto de vista da competência dos actores, para agenciar os recursos e denunciarem ou justificarem as suas acções, servindo-se para o efeito da prova pelos objectos, segundo as diversas *lógicas* em que operam, nomeadamente a *doméstica*, baseada na *confiança* e mais de índole social e de cunho familiar, presente no campo da produção e da reprodução social, quer do lado do operariado quer do lado do patronato, e a *industrial*, baseada na *racionalidade e eficácia* e sobretudo de feição económica. Neste enquadramento teórico heterogéneo e planos de coordenação construídos para defrontar problemas e questões derivadas do uso plural de escalas e perspectivas micro e macro e da necessidade de integração acção-estrutura, se desenvolveu o *estudo de caso alargado* tendente por um lado, á leitura inteligível da realidade empírica complexa e híbrida até pela marca nela estruturante de um regime de pluriactividade derivado da presença simultânea da pequena agricultura e espaços fabris, e permitindo, por outro lado, aproximar, ao nível interpretativo e explicativo, este caso de outros casos nacionais.

Definido o quadro analítico que se justifica pela sua adequação à singularidade do objecto empírico, o nível do trabalho de campo intensa e intensivamente realizado através da observação participante e de uma larga série de entrevistas livres e semi-estruturadas, individuais e de grupo, deu-se particular atenção ao colectivo da fábrica e às sociabilidades forjadas no trabalho fabril, privilegiando-se o registo das práticas linguísticas e de linguagem émica em que se manifestam, em grande medida, as economias interaccionais e se delimitam as regiões de significação. Evidenciamos trajetórias, repertórios de recursos, investimentos de forma mobilizados sob a lógica *doméstica, industrial e mercantil* de cuja negociação ou conflito se compõem as configurações de sentido analisadas, parcialmente, apresentadas na primeira rubrica deste artigo. Traçámos ainda o quadro de recursos investidos ao longo de um regime de acção marcado pela adequação dos objectos e pessoas que qualificam e que, na comunidade de inserção, produziu efeitos intensos como o de originar por exemplo a configuração de sentido traduzida no “toque da sirene”, conceito émico que representa uma nova marcação do ritmo das actividades da população outrora marcado por outra configuração e forma de marcação “os do lado de cá os do lado de lá do sino” – configurações que delimitam afinal dois “mundos”, “comunidades” ou “quadros”: o “paroquial-doméstico” e o “fabril-industrial” interpenetrados pela linha /de fronteira tradição e inovação. Daí derivou a nossa tese, proposta argumentada que traduzimos a nível esquemático por paroquialismo/fabrilização

<sup>8</sup> Strauss, Anselm, 1990.

<sup>9</sup> Cerruti, Simona, 1991:1439.

– industrialização nacional?, temática que exige porém, só por si, um tratamento autónomo a fazer-se futuramente noutros artigos.

A competência dos actores, valorizada, emerge da análise dos relatos, categorialmente tratados, e por essa via foi avançando o conhecimento sobre a fábrica, enquanto iniciativa económica e social de raiz local, marcada porém pelo pioneirismo e expansão nacional, qualificação tornada visível e provada pela análise dos objectos, *móveis-imutáveis*, no trânsito dos regimes de acção de *paz em justeza e disputa em justiça*, evidências que ressaltavam dos relatos. Assim é que a partir da cama de ferro simples para uso doméstico, da cama de campanha e da caixa de prontos socorros, da fase inicial, através do dispositivo oficina de cunhos e cortantes, a M.I.T./M.L. vai fabricar a primeira mesa de operações que incorpora o princípio da mecânica, a mesa de operações de elevação hidráulica, importante inovação com significativas repercussões económico-sociais na rede de hospitais que na década de 1940 começava a cobrir o país.

Depois, partindo já da cópia de catálogos de móveis estrangeiros, a ML vai, pela introdução das sucessivas “linhas” de mobiliário metálico, assente no dispositivo tecnológico oficina de protótipos, tornar-se pioneira do design industrial de mobiliário, contribuindo para conformar o advento do processo de terciarização da economia.

Daí que a interpretação prosseguida nos tivesse exigido uma análise interescalar capaz de possibilitar a compreensão do movimento que do local projecta a “marca Longra” translocalmente, e de favorecer ainda o entendimento das economias interaccionais dos diferentes participantes nesta prática social sectorial tendo em conta esses vectores estruturais.

Por fim, o caso ML, exemplar do que chamamos “um caso no modo português de industrialização” foi por nós analisado em situação, ao ter-se transformado, na sua etapa final de existência (1994-1995) em objecto de *denúncia e de disputa em justiça*, ao clamar-se que a administração da empresa “mudasse de mãos”, enquanto a fábrica sucumbia numa morte surdamente adiada, ou seja, judicialmente já declarada inviável a empresa, continuando embora a fábrica em laboração para cumprimento de compromissos. A possibilidade de compreender esta análise feita em situação, onde os actores se tornam porta-vozes das coisas, das suas trajectórias biográficas e profissionais e da própria história da fábrica, radica, por sua vez, na abordagem pluriperspectivada que fizemos da fábrica e através da qual se procurou ouvir e dar voz ao silêncio das coisas, próprio de um *modo de acção de paz em justeza* que duradouramente marcou a sua história., a qual foi, em grande medida, reconstituída a partir de fontes orais, testemunhos e competência dos actores, dada a ausência inicial e quase total de fontes e documentos escritos acessíveis.

### **A Metalúrgica da Longra: uma análise sob os regimes de acção.**

Para entrarmos no conhecimento da Longra nada mais apropriado do que começarmos por uma cerimónia: o espaço de uma Exposição sobre a fábrica, comemorativa do centenário do nascimento do fundador da M.L., o “patrão A”, já falecido, de inclinação e amizades republicanas, cuja fotografia se destacava em lugar central. Na imprensa nacional e local surgiam então formas de denúncia pública da falência (inexplicável) da empresa M.L., cuja natureza de “protótipo industrial” a Exposição lhe conferia, pela manifestação de interesse sobre a sua longa trajectória histórica, destacando-lhe as fases mais “heróicas”.

Verdadeiro acto de convocação implícita à “sacralização” de um “fenómeno”, instituída no cruzamento amalgamado de tempos geracionais: o da *renovação*, na perspectiva do impacto nacional dos produtos fabricados; o da *reconciliação*, pela reactualização biográfica do fundador da fábrica alargada para além dos círculos familiar e fabril; e o da *peregrinação* na perspectiva do mito M.I.T. que a Exposição marcava condensando todos esses tempos (HEINICH, 1991:192).

Tal convocação ver-se-á depois reactualizada e posta em acção, num ritual evocador, tempo-espaço de confraternização e fórum híbrido do colectivo fabril, em que fomos observador participante.

### **Exposição comemorativa do centenário do fundador, o “patrão A.”**

Havia um barulho de fundo envolvente de vozes de ex-trabalhadores que olhando cada objecto exposto, cada fotografia – indícios cognitivos – comentavam o passado da fábrica, reconstituindo **ocorrências, episódios, personagens.**

Sempre em destaque os objectos, na sua condição de “móveis-imutáveis”: uma cadeira de dentista, uma mesa de operações de elevação hidráulica, as primeiras de fabrico nacional, móveis e riscos das linhas *MIT*, *Prestígio* e *Metropólis*, um painel de rodízios, materiais dos laboratórios Sanitas, a planta de ampliação e remodelação das instalações da fábrica do arquitecto F. George, membro destacado da 2ª geração da Bauhaus, catálogos de móveis e materiais, boletins M.I.T., o manual de ferreiro...

Identificam-se pela observação das séries de peças expostas, esquemas e gráficos, **recursos e cenários.**

Narrativas soltas dos visitantes da exposição legendam-na, percorrendo outros tempos e espaços fixados ora numa fotografia de três dos mais antigos operários no interior da fábrica velha, a firma M.&Irmãos, ora nas fotografias de torneiros, mecânicos, serralheiros e desenhadores distribuídos pelas diversas secções da fábrica nova, ora no colectivo fabril defronte das instalações mais recentes encimadas pela designação social da empresa ML. envolvendo o logótipo M.I.T.

Reconstituem-se assim práticas e tradições, usos sociais, **sequências** de acção:

*“era preciso perícia e exaustão, assentar bem para o martelo bater certo; tudo era boleado à mão, um com o maçarico a quente, outro que moldava e só depois entrava o estofó: até o escantilhão, o molde e as ilhargas laterais eram feitas na fábrica.”<sup>10</sup>*

Desta análise introdutória assente na leitura da exposição retrospectiva e evocativa da fábrica e das informações veiculadas pelos objectos e pelas linhas de mobiliário em sua função cognitiva - “móveis-imutáveis”, “objectos de fronteira”(Latour) - conceitos sociológicos que nos permitem operar a transposição de objectos expostos para objectos-sujeitos reapropriados pelas memórias dos actores, passamos assim, por um processo complexo de dupla tradução implicada a explicitar, permitindo acentuar a diferenciação desta empresa em relação a outras, enquanto se reforça a sua homogeneização interna.

<sup>10</sup> Entrevista informal realizada no final da visita à Exposição Evocativa.

### **“Fórum híbrido”: Colectivo fabril e práticas de confraternização**

“*Já vos conhece a todos embora nunca vos tenha visto...*” assim nos apresentou o encarregado geral, longos anos na fábrica, nosso informante, aos 85 ex- trabalhadores da Metalúrgica da Longra, nesse almoço de confraternização que reactualizava, no mesmo local de sempre, os célebres almoços dos “quadros”, “chefias” ou “rapaziada” com que continuavam a assinalar o dia de recebimento da “féria”.

Nessa fórmula de apresentação se condensa a subtil passagem do cenário fixo e fragmentário da representação dos objectos e dos seres figurados na Exposição evocativa, para a acção reveladora, nos discursos, de redes e práticas de sociabilidades, trajectos de mobilidade social, num rito de comensalidade e convivialidade do tempo fabril, o qual, porque dele já desligados, esses actores reactualizam também sob a forma narrativa das suas trajectórias de vida entrelaçadas nas e pelas trajectórias da empresa/fábrica MIT/M.L. que apresentam como a sua escola onde se formaram enquanto elite profissional.

Toma a palavra o principal homenageado nesse almoço, F.P. “o mais viajado da M.L.”, “... *quando entrei para a L., com 13 anos, como outros, fui ajudar um velhote a serrar paus para a estufa de secar a tinta que era aquecida a lenha... estive na L. desde 1943 a 1993 ... fomos nós que fizemos 1300 e tal cadeiras para o teatro S. Geraldo em Braga... e para o Nosso Café... outro serviço grande foi para o Monumental em Lisboa em 1951 ... também o grande auditório da Gulbenkian, cor de laranja e o pequeno, azul, do Raul Solnado, o Teatro Vilarct, o cinema Vox, o Castil que já acabou... e no Porto, os cinemas Águia de Ouro, o Passos Manuel ... tudo isso fomos nós a equipar... fizemos também auditórios mais pequenos para a ANA, no aeroporto, ... na Madeira, onde estive 1 ano a trabalhar ... para o Casino Parque Hotel... fomos nós que fizemos tudo... também o Teatro em Bragança... a sala do 3º congresso na Guiné –Bissau em 1977/1978... no casino da Póvoa a Sala dos Congressos... as cadeiras que aí pusemos vieram da Itália da Castell com quem a Longra tinha um licenciamento... na Póvoa de Lanhoso, o cinema... em auditórios de Bombeiros em Vila Praia de Ancora e Barcelos... o cinema Chaplin em Leça da Palmeira... o cinema de S. Mamede de Infesta com 400 e tal lugares... também trabalhei com a Longra nos hospitais de Santa Maria e S. João... em bancos... no Ministério da Educação... na Tabaqueira... no cinema Estoril Sol, no casino... na montagem dos bancos da Sorefame no foguete Porto-Lisboa, nos comboios da linha de Cascais... em Bragança e Tomar foram os hospitais... em Abrantes ... em Vila Real... na Universidade do Minho... o auditório... em Guimarães, no Teatro Jordão, no Café Milenário... fizemos contentores a vácuo para meter os motores de aviões... para o metro, fizemos os caixotes para tirar os bilhetes... foi uma obra de grande precisão... vinham controladores de qualidade suíços fazer a verificação... fizemos cozinhas em barcos nos estaleiros de Viana do Castelo... e também componentes para teleféricos e bancos com suportes para skis para a Suíça... levava sempre comigo 3 ou 4 trabalhadores que pertenciam à serralharia e à montagem... em Vila Velha de Ródão equipámos a fábrica de papel com todo o mobiliário... as mesas para o Teatro Anatómico da Universidade de Coimbra... instalámos o ar condicionado no hotel Ritz... foi o G. que desenhou na ML as grelhas e as condutas, etc. etc...”*

O mote para o arrolamento das actividades produtivas e comerciais da ML e o inventário dos espaços públicos equipados com produtos ML era-lhe dado pelos outros actores que acrescentavam ou precisavam os relatos, atentamente, seguidos por outros, que se mantinham calados, ou intervinham também com novas informações, enquanto o grupo em interacção colectiva ria e um outro acrescentava:

*“...tivemos então na ML o transportador aéreo de pintura...foi o primeiro em Portugal...em 1966/67...o estudo foi feito pela empresa francesa Matrex em Lisboa...”*

*“...eu na ML só me faltou ser sardinha assada... fui desenhador... éramos 7 ou 8 desenhadores..., maquetista, pintor, dava apoio às oficinas e oficina de protótipos...antes, era empregado comercial...tenho a 4ª classe...sou autodidacta puro...”*

*“...a linha MIT foi copiada de uma linha alemã, a Mauser...e os alemães vinham de vezes em quando à carga por causa disso...era a linha panzer como dizia o Daciano Costa...confundia-se com os móveis de madeira...nessa altura, anos 1960, era impensável haver cá uma secretária com metal...houve também outra linha, a LP, mas mais fiasqueira, passe o termo...numa altura em que havia menos que fazer...*

*... mas alteraram depois muitas coisas... 20 e tal engenheiros que por lá passaram, com o dr. brasileiro como chamávamos ao G.J., não percebiam nada... veja lá achavam que se gastava muito em papel higiénico, quando esse papel era uma espécie de mata-borrão que se usava para embrulhar a mercadoria... com coisas assim nós ríamos e eles não gostavam... o pessoal foi saindo...”*

Foi depois reconduzida a descrição ao modo de constituição do colectivo fabril, designadamente por referência à prática das alcunhas, recorrentemente invocada pelos actores quando inquiridos sobre a origem e significado de tal prática, ora inexplicada, ora atribuída a factores como a necessidade de distinguir os indivíduos quer na uniformidade da mão de obra fabril, funcionando assim como um código do colectivo dos trabalhadores, quer na indiferenciação resultante de uma onomástica paroquial repetitiva. Mas mostrando-se sempre como um meio de estabelecer um outro nexa entre o que distingue o individual mas simultaneamente o religa ao social, neste particular de sentido, em que produzem “invisibilidade”. As alcunhas afinal, marca de singularidade e pertença social, numa reiterada invocação das solidariedades forjadas na fábrica, revelando-se-nos assim também como “objectos de fronteira”.

*“... a mim chamavam-me o Pachancho de Braga...porque fui montar o S. Geraldo em Braga...Pachancho era uma fábrica grande e antiga de lá...”*

*“... e eu era o Cão da Lixa...entrei para a fábrica aos 12 anos e estive lá 40 anos...aquele além é o Pita Arisca...agora tem um restaurante com esse nome na Senhora da Aparecida...Lousada... aquele outro que entrou agora também...hoje é muito rico...tem uma vacaria e uma padaria mesmo em frente ao restaurante do Pita Arisca... é onde vai assar os cabritos especialidade da casa e os coelhos...”*

Em intensa interacção entretanto gerada prosseguiu a descrição com narrativas de episódios relativos à prática dos “biscatos”, outra realidade recorrente nas narrativas susceptível de ser interpretada como um modo doméstico de mobilização particular, geralmente consentida, dos materiais, ferramentas e equipamentos da fábrica, que ao suscitar comportamentos diferentes, parecia não reunir o consenso das opiniões gerando tensões resolvidas em “espírito de família”:

*“... lembra-me que um dia, o Zé fez na biscatada um ferrolho para tirar cinza e deixou-o ao mundo para não passar com ele na portaria...o encarregado viu foi dizer ao sr J.M. que o mandou embora por isso... coitado, o rapaz tinha casado há pouco e o ferrolho era para a casa dele...os biscatos não eram proibidos... contagiavam...eram corações, alfinetes em forma de corações para as namoradas, anéis em aço inoxidável, para tinar da bruxaria, eixos...eram diferentes conforme as especialidades das secções... chapas e soldaduras, chapas todas bordadas para pôr os nomes nas bicicletas...ainda há poucos anos eram as marmitas em aço inoxidável...arranjar a máquina de lavar da esposa do sr. J.M...uns lampiões tipo antigo para a casa do engenheiro M. A....depois fiz um para mim que ainda tenho...o sr. J.M, trazia pessoal da fábrica para trabalhar na vacaria... mas com isso tudo a casa nunca foi abaixo...”*

Aliás, esta prática foi inclusivé por alguns referida como um meio ao serviço da inovação na tradição presente também na dinâmica do processo produtivo da fábrica que o fabrico próprio de alguns instrumentos suscitava “...os biscoitos...sobretudo ajudavam a desenvolver o engenho...pois de uma coisa tirava-se a outra...”

Concentra a atenção de todos uma curta intervenção do eng. J.M., irmão do fundador da fábrica que salienta entre outros aspectos, os elevados índices de produtividade da fábrica dada como referência e forma de homenagem aos presentes, a todos os trabalhadores que “...com o seu engenho...” fizeram da “M.L. ...o fenómeno..” que a justifica como “...objecto de estudo universitário”.

Um dos actores pega na palavra, no que é logo ajudado por outros, para concretizar aspectos do ambiente de trabalho como o uso de fatos macacos de cores diferentes, símbolo da disciplina, ordem e organização interna da ML que era já então, anos 1950-1960, uma grande fábrica até pela quantidade de mão-de-obra empregue.

*“... o J. usava um fato preto com riscas brancas...cada secção tinha a sua cor de fato...era para se distinguir...os serralheiros usavam fato azul marinho...os estofadores, cinzento...a pintura era borra de vinho...a marcenaria, amarelo...a montagem azul claro... e havia distintivos diferentes para cada um... eram umas chapinhas com o número que se punham no fato macaco...apareceram depois outras para o serviço externo...quando se deslocavam de secção para secção sabia-se logo de onde eram...isto começou aí por volta de 1958 e só acabou com o 25 de Abril...”*

Na descrição de um técnico de cronometragem e métodos, baseada na sua experiência de quadro técnico, idêntica à dos mais novos, evidencia-se então a forma de recrutamento que releva ainda da ordem doméstica, fundada que era nas relações familiares, de vizinhança, apadrinhamento e recomendação, bem como a formação especializada, que começava por assentar na manutenção mediada da hierarquia corporativa mestre- aprendiz e nas aprendizagens feitas na fábrica.

*“...uma das coisas que a ML teve, sem descrédito para o sr. FP foi ajudar a formar técnicos como estes aqui... e recebê-los para estagiar por exemplo na sala de desenhos... eu ainda estava na L e fui fazer o curso geral de mecânica a Guimarães, à noite...ia depois de sair da fábrica e chegava a casa à 1h da manhã... havia muitos mais...de electricidade e serralharia eram aí uns doze...a Escola Técnica de Guimarães era a Universidade da Longra...quadros como os da Longra com a sua capacidade de resposta em qualquer caso não havia...hoje então não há nada disso...as pessoas chocam-se para subir e as empresas andam aos tombos...nessa altura na ML cada um tinha a sua missão mas cada um se entendia nos seus problemas...havia um grande espírito de família...e de elite...os escovas que existiam conheciam-se...sim havia conflitos profissionais, laborais, mas cada um sabia o que havia de fazer...havia discussões...mas os grupos interligavam-se...havia espírito de família...(consideração corroborada por vários)...eu por exemplo sentia-me seguro com a família M. lá...que depois tinham muito boas relações com gente do governo...éramos convidados para actos familiares...sentíamos vaidade em pertencer à empresa...éramos recrutados por recomendação...o contrato só surgiu depois do 25 de Abril...da freguesia de Pedreira a que pertencia o sr. M. vinham muitos trabalhar para a Longra...era mesmo ali ao lado, vinham a pé...mas vinham também de muitos outros sítios...havia dezenas de famílias que viviam da M.L...nestas freguesias todas mais chegadas deu emprego a muita muita gente...o MPT que hoje tem uma oficina brutal de caixilharia de alumínio, em Vila Verde, aprendeu na M.L...a L. era uma empresa em ascensão e o pessoal tinha orgulho em pertencer a uma empresa, na altura, apregoada aos quatro ventos...os salários eram melhores que nos bancos...em 1962 já recebíamos subsídio de férias e de natal...tínhamos subsídio de refeição 20 dias por mês...foi a primeira empresa a*

*dar esses subsídios...e havia respeito... por exemplo o sr. G nunca me tratou por tu e quando fui para a ML tinha eu 16 ou 17 anos... esse respeito entre as hierarquias era a diferença que havia ...e evoluímos lá dentro com essa educação que se dava...até aos domingos trabalhávamos quando era preciso... a fábrica só fechava à hora da missa...era uma fábrica tipo familiar...antes já fazíamos serões...havia espírito de camaradagem e trabalhava-se com gosto...*

Terminado o almoço colectivo a meio da tarde, alguns começam a despedir-se e a dispersar. Num grupo mais restrito que se mantém ainda, abre-se espaço para o realçar de outras singularidades da fábrica, que através de vozes diferenciadas temos vindo a apresentar. Centram-se então as narrativas no processo de fabrico, com a sua oficina de protótipos e gabinete técnico, dispositivos internos de um processo altamente inovador na tradição, quer pelo desenho de projecto e design de fabrico onde tinham papel de relevo as cópias de catálogos estrangeiros, quer pela prática sempre mantida de auto-produção das próprias máquinas e ferramentas usadas mesmo nos tempos da produção em série, e passando depois aos mecanismos de comercialização dos produtos no espaço da concorrência, com a introdução do marketing. E em tudo isso, uma outra dimensão da fábrica tornada visível, a do seu impacto na comunidade, a nível micro se contendo em demonstração os macro-fundamentos de outras escalas, translocais. Localmente, até pelos episódios do corte das carvalhas e do “roubo” da estrada pela fábrica, recorrentemente invocados sempre que se alude à sua localização onde se enraizavam outras trajectórias: as dos primeiros agentes de métodos e cronometristas, com os seus saberes técnicos e leigos acumulados na ML, agentes de todo um novo dinamismo no sistema de produção local que deste modo se vê afirmar-se. Mediados, ainda novos trajectos de mobilidade social ascendente, com o lugar de relevo dado ao “status”, diferentes modos de vida, com os mesmos ou diversos modos de pertença. E a importância do desenho e do design, risco e traço central ao processo de produção, na intervenção de G., desenhador, que justifica a singularidade e grandeza da fábrica, “sua segunda casa”:

*“...trabalhei na ML muitos anos...era-me sempre facultado “um desenho de princípio”...tinha que marcar a dimensões do móvel, características...em síntese, o perfil do móvel que se pretendia...era o Daciano Costa que via a forma, fazia a análise dos volumes, não falando já na parte ergonómica, análise das funções...antes dele não havia...depois é que criaram o gabinete...a oficina piloto estudava a forma de “manter o espírito do projecto”...criávamos um protótipo que era analisado...Posteriormente esse gabinete já conhecia as possibilidades de resposta à situação de projectos e então quando se faziam os “desenhos de princípio” já vinham mais detalhados...Mas antes de nascer o produto era feita uma consulta de mercado...aí funcionava o marketing...Em princípio enveredámos pelo produto de série... o fabrico de série começou com a linha Cortez...fazia-se fotografia e desenhos pequeninos...para os catálogos...mas depois na ML fazia-se muito desenho e difícil de fazer...por exemplo “o desenho expandido” para mostrar a montagem e explicar ao sector de vendas e agentes, como se montavam todos os componentes e anilhas...era um desenho complexo...depois havia o “desenho de fabrico” que era para ser endossado a diversos sectores: estampanaria, quinagem, montagem...esses desenhos obedeciam a tolerâncias, normas e condicionamentos...eram desenhos que tanto podiam ser lidos na ML como na China...também tínhamos o desenho por peça...cada peça podia ser analisada em função da resistência/dimensão do material...não havia outra como a ML nem melhor...só na Sorefame e na região de Águeda é que havia fábricas que eram nosso modelo em precisão e especificidade...também fazíamos o desenho das próprias ferramentas -cunhos e cortantes – máquinas obsoletas mas com alto rendimento...tornávamos as ferramentas mais versáteis...desde os escantilhões aos cunhos e cortantes, em articulação...por exemplo para soldar as cadeiras tínhamos sistemas de articular o escantilhão robusto para a peça ao ser soldada e ao arrefecer não se deformar...cravamos bastante...a partir*

*do protótipo fazíamos ferramentas, escantilhões e obrigávamos a máquina a ir até onde queríamos...o que contava era a adaptação das ferramentas à máquina mesmo com sacrifício do operador..."*

Passando, em interacção colectiva, pela construção da fábrica nova, antes de 1951, a partir da fábrica velha e com o trabalho esforçado de muitos dos mais antigos trabalhadores, situação típica dos processos de utilização intensiva de mão de obra, sinal explícito do custo, sacrifício desta iniciativa empresarial/local, e relevando a importância dada aos momentos fundadores, retomam a descrição dos equipamentos sociais fabricados pela ML, aqui sempre feita através da prova pela conformação dos espaços públicos nacionais. Cruzam-na, como habitualmente, a evocação de curtos episódios do mundo fabril, peripécias reveladoras de camaradagem, cumplicidades e tensões latentes, práticas quotidianas de confraternização pelo trabalho.

*"...No Porto, as camas do IPO, modelo americano, também fomos nós que fizemos...e o auditório da Faculdade de Biotecnologia da Católica, ali perto...e na outra antiga, junto ao Hospital de Santo António...as Biomédicas, sim...também montámos lá o auditório...e num serviço do estado, ao pé do Campo Alegre...para o Futebol Clube do Porto fizemos no estádio das Antas o tecto falso da bancada principal e pusemos umas cadeiras da Castell...e todo o mobiliário de hospitais e hotéis, como o Penta Hotel... e nas reitorias das universidades de Lisboa e Porto...na Sociedade de Geografia de Lisboa, na quinta Seca em Leixões, quem vai para Matosinhos, foi toda a caixilharia de janelas e portas...eram os engenheiros e arquitectos das obras que conheciam os produtos da Metalúrgica da Longra que recomendavam os seus móveis...o protótipo era caro, mas garantido, único e de qualidade...quando não tínhamos encomendas concorriamos até com produtos em alumínio que nunca tínhamos trabalhado...íamos a exposições...por exemplo no Porto fomos a duas no Palácio e outra no Habitat 70...os M. davam muita importância à imagem da fábrica..."*

Os relatos deste grupo dos "quadros", alguns dos quais se tornaram donos de fábricas de moldes e apoio à indústria do calçado em Felgueiras, fazem também o registo do nascimento deste ritual de convivialidade e comensalidade, iniciado muitos anos antes por ocasião do recebimento da "férias":

*"...os que estão aqui passaram todos pela Metalúrgica...há mais de 10 anos que nos juntamos...este ano não veio nenhuma mulher mas o ano passado em que comemorámos os 100 anos do patrão, o sr. A.M., estavam algumas que lá trabalharam... a mim nasceram-me lá os dentes...entrei para a fábrica...tão má vida que lá levei no princípio...entrei em 1942, com 13anos...eu tinha o número 11...ganhava 16 tostões por dia...outros, antes de mim, como aqui o L. que entrou em 1939, entraram a ganhar 2 tostões... foram 50 anos que lá trabalhei...saí em 1987, reformado...na altura da Guerra Civil de Espanha já a fábrica velha tinha electricista...aquele ali...este era serralheiro...tenho sete filhos...uns tinham 3...outros 6...a média andava aí pelos 4 e 5...o futuro deles...olhe, os meus...as raparigas são domésticas e operárias...os rapazes, um entrou para a Metalúrgica, outro para a IO..."*

Pela assumpção por um dos actores da sua condição de operário, emerge a trajectória da fábrica na comunidade local, por entre redes de fabrilização, como regulador e meio de fixação das populações assim justificada nesta expressão émica "...quem ao longe vai à boda pelo caminho a deixa toda..."

E sucedem-se, em encadeamento interaccional, narrativas entrecortadas e fragmentárias de biografias e trajectos de vida e profissionais, com destaque para a condição inicial de aprendiz na formação profissional, relacionada com uma formação de “tarimba”, aprendizagem por todos reclamada como forma irrecusável de excelência profissional, as formas sempre idênticas de admissão e saída da fábrica ao fim de muitos anos, as condições de trabalho, o número médio de filhos por trabalhador, peripécias do quotidiano fabril, episódios partilhados, ingredientes que servem para sedimentar redes de sociabilidades, reactualizar solidariedades locais de que se tece essa micro sociedade-providência tornada visível nas práticas de confraternização, sempre ancoradas na fábrica, referencial constante dos relatos.

Oportunidade de uma primeira análise social da fábrica, pela interacção de um grupo alargado de actores com papel destacado no colectivo fabril, a descrição que acaba de fazer-se representa um manancial de informações cuja interpretação se vai ensaiando a dois níveis: o do processo de compreensão da fábrica, com a reconstituição de um tempo-espaço fabril, e o situacional, da análise das práticas descritivas em situação e interacção colectiva, em que emergem expressões próprias de um mundo fabril e de uma cultura rural de base. Estas proporcionam indicações precisas sobre um conjunto diversificado de estratégias de mobilidade social, formas de recrutamento e formação profissional especializada de mão de obra indirecta, modos de construção em acto de uma subtilmente auto considerada elite profissional. Tudo isso configura também, na sua globalidade, um conjunto de características relevantes da sociedade portuguesa contemporânea em vias de terciarização, que podemos ir ainda observando e, em concreto, no circunstancialismo da investigação social realizada numa perspectiva de observação antropológica, implicada num acontecimento social e cultural com características de psicodrama. As opiniões divergem ou complementam-se, interagindo sempre. Sob a forma de “psicodrama”, a estimulação da iniciativa individual para a procura das melhores soluções, numa dinâmica comunicacional, apelando à responsabilização e à iniciativa numa reprodução de mecanismos próprios da comunicação interna da fábrica

No final da tarde, dispersa, vagarosamente, todo o colectivo que participara num processo de construção de uma *cultura e identidade* da empresa assim (re)actualizada num rito de “produção espontânea”, pelos actores sociais, enquanto indivíduos estruturantes de um corpo social sem hierarquia, a não ser a que deriva do facto de se pertencer aos mais antigos e competentes, grupo social em busca de renovada coesão, através de uma cultura mediatizada pelas singularidades dos indivíduos. Num derradeiro momento de forte participação, liderado por um antigo encarregado geral, ainda se discute e fixa o processo de eleição da comissão organizadora do próximo almoço, pretexto de intensa interacção e dramatização de mecanismos quer do funcionamento democrático, quer de dispositivos de organização e comunicação internas da fábrica, numa relação simbólica. Momento este que, baseado no *interesse geral*, releva, nessa medida, da *lógica cívica*.

Assim, no investimento de relações personalizadas, rituais de festas de aniversário e outras situações próprias da *lógica doméstica*, o prolongamento pela referência constantemente narrada das malhas do fabrico e da comercialização do produto – instrumento mediatizado de projecção do local á escala nacional. Discursos fragmentários desprendendo-se como um pano de fundo horizontal e em camadas, de um roteiro de mais de meio século de colocação de produtos ML, sistematicamente, equipando quase tudo quanto no país é espaço público. Nesta função

sobrepoem-se três níveis de discurso: o *situacional*, o de *relato* e o *metafórico*, sendo que o situacional e o de relato se desdobram por sua vez, no que designamos de “episódios” e “sequências de acção” estes dois últimos podendo sê-lo ainda em situação ou não.

Interpretadas as práticas descritivas mobilizadas nesta prática colectiva de confraternização participada, são ainda de observar, para além da importância simbólica conferida às datas de aniversário escolhidas para reunir amigadas e manter traços de união entre trajectos biográficos e profissionais, meio de influência para a obtenção de magnanimidade e justiça, os “modos de justificação” de acções de certas figuras emblemáticas da fábrica, como por exemplo, os M., família fundadora, e a sua relação estreita com os modos de recrutamento de cada um dos trabalhadores.

Pelo critério de considerar ser propriedade de “fronteira” o transporte pela memória dos actores das situações de justificação da suas acções, no passado, através dos objectos, procurámos conduzir o que até aqui expusemos à “intensificação e acentuar da visibilidade do fenómeno pelo ‘entrelaçamento de histórias’ que transformam a fronteira”. Entre a memória interagida do colectivo e a acção que através dessa memória se reconstrói, essas múltiplas histórias articulam-se e emergem como novas configurações culturais caracterizáveis enquanto ‘campos de força’ ou ‘constelações’ constituídas por elementos díspares em processos de atracção, de tensão e de rejeição.

### **Trajectória fabril: articulação de relatos e trajectos**

A anterior apresentação do colectivo fabril pode ser tomada como abertura para a trajectória histórica e social da fábrica, aí apenas sumariamente delineada na sua complexidade. Remete-nos por isso para a análise das entrevistas (semi-estruturadas, informais e semi-directivas) e das conversas informais realizadas, enquanto procedimento de pesquisa, com a correspondente dimensionalização de material recolhido no processo de investigação, bem como para a observação de trajectórias individuais – tipo, ou exemplares, que possibilitará, designadamente, prestar atenção ao “material humano”, trabalhadores da fábrica entre os 45 e 85 anos, guardiães de memórias diversificadas, numa linha de “gestão de proximidades”.

O corpus documental constituído em resultado da série de cinquenta entrevistas efectuadas como “encontros localizados” e instância de “práticas descritivas”, metodologia de pesquisa determinada em grande medida pela ausência de fontes clássicas disponíveis e acessíveis para o estudo histórico da fábrica, foi, numa perspectiva estrutural, dimensionalizado e categorizados os conteúdos, para seguidamente ser codificado (codificação axial, aberta e selectiva). A grelha de leitura e abordagem analítica aplicada, num primeiro nível de tratamento, organização e interpretação do material informativo, foi construída a partir do quadro teórico e metodológico adoptado (integrando patrimónios científicos diversos desde o interaccionismo simbólico, à teoria dos recursos, sociologia da acção e sociologia crítica) integrando dimensões que configuram uma gramática de acção simbólica.

A grelha de leitura mobilizada, constituída pelos seguintes itens: Tópicos ou temas, Contexto, Identificação, Conteúdo (episódios e sequências de acção), Inventário, Cenário Justificativo, Esquema de Agregação de Recursos e Práticas Descritivas ou “Recursos Interaccionais”, visa dar conta do estatuto de participação do investigador num quadro de configurações de subjectividades e serve para facilitar a articulação descrição/narração e análise/teorização. Complexidade que foi

suscitada pela riqueza do objecto e do quadro empírico em que emergem práticas sociais, em grande medida referidas a um passado e aí situadas, a qual exige ao investigador ser simultaneamente historiador, sociólogo e antropólogo e faz dos actores, informantes, testemunhas e actantes, “actores competentes” que descrevem, narram, explicam, justificam e contraditam factos referentes à história da fábrica, mas também à comunidade e ainda às relações mutáveis no decurso do tempo, fábrica/comunidade. Estes actuam, na sua grande maioria, enquanto agentes de produção/reactualização de um valor simbólico dessas práticas reportadas à grandeza da fábrica e aos modos particulares de a protagonizarem como ex-membros de um colectivo e, nessa medida, enquanto actores que foram, em práticas sociais “contadas” explícita ou implicitamente. Actuam ainda, em segunda instância, como indivíduos cuja singularidade própria constroem por narrativas biográficas entrelaçadas nos seus discursos sobre fábrica/comunidade.

Reenquadrando as representações que os actores fazem das suas práticas, numa multiplicidade de comunidades interpretativas, procura-se nas variações de casos dotados de exemplaridade, o que é comum ao universo de informantes, trabalhadores e ex-trabalhadores da fábrica durante décadas (1930-1990), na sua relação laboral com a M.L., assim constituída através da sua representatividade sócio-profissional: o mais antigo operário especializado da fábrica, serralheiro e principal agente da introdução da mecânica e desenho de máquinas no processo de fabrico ainda artesanal; um encarregado geral, marceneiro de profissão e agente destacado de mudança, pela difusão dos métodos de racionalização do trabalho; um marceneiro, quadro sindical; um empregado de escritório considerado “o homem de confiança do patrão fundador” e filho de um dos primeiros estofadores também sócio inicial da fábrica M&Irmãos; um chefe de vendas; um dos mais velhos marceneiros, reputado restaurador de móveis antigos; o primeiro engenheiro da fábrica, filho do fundador, sócio gerente e responsável pela área comercial em Lisboa, durante largos anos; um estofador; um cortador de metais e depois telefonista; o neto do fundador da fábrica, também sócio da empresa; um arquitecto e introdutor em Portugal do design industrial, através da M.L.

Neste universo, destacam-se, por “amostragem teórica e comparação constante” (A. Strauss) cinco “trajectórias” – tipo, ou exemplares, pela sua singularidade e representatividade sócio-profissional, pelas funções exercidas na fábrica e papéis desempenhados, socialmente, reconhecidos na comunidade e/ou pelo colectivo fabril. As trajectórias encontram-se organizadas em relatos (tantos quantas as entrevistas realizadas com cada um dos informantes seleccionados) reenquadrados por sua vez, através da informação relativa à “identificação” adensada dos informantes, conjunturas nacional e local, contexto, práticas descritivas e tópicos que, não sendo os mesmos, conservam traços comuns.

A primeira trajectória é a do “operário especializado”, agente de inovação tecnológica que se inicia numa conjuntura nacional marcada pela Guerra Civil de Espanha e pelas medidas políticas de Salazar para atracção de portugueses emigrados no Brasil. É relativa à fábrica velha, pouco depois sociedade MI&T Lda, e nela se evidencia um conflito latente entre a lógica industrial e um quadro de condições que relevam da lógica doméstica. Destacam-se como traços distintivos a cópia de modelos e uma mão de obra constituída fundamentalmente por operários (ferreiros, sapateiros, jornaleiros) analfabetos. Compõe-se de quatro relatos referentes aos seguintes períodos: a fase inicial da fábrica-oficina, anos 1932-39, em que “era tudo manual”; o mesmo período mas

em que se começa já a afirmar uma certa competência técnica, “num mimetismo industrial”, sob a égide da mecânica e do desenho e dos “objectos na acção”; a fase da adaptação do fabrico e de ferramentas, numa linha de “industrialização” em meio rural; e ainda o período da fábrica velha, anos 1939-1942, em que sobressai o fabrico de camas hospitalares e material cirúrgico, manifestando-se já sinais explícitos de inovação na tradição.

A segunda trajectória de “o operário-artesão” compõe-se apenas de um relato atravessado pela relação comunidade-fábrica, e em que se destacam os recursos locais e trajectos profissionais marcados pela reprodução geracional do ofício de “trabalhar a madeira”. Nela emerge uma tensão latente entre a “confiança” própria da *lógica doméstica* e a “eficácia” característica da *lógica industrial* enquanto se evidencia a viabilização da fábrica L. através da acção voltada para o equipar de serviços no sector público, mediante encomendas do Estado.

A terceira trajectória do “encarregado geral”, agente de mudança nos métodos de organização do trabalho, é composta de 5 relatos: o da passagem da predominância da lógica doméstica para a predominância da lógica industrial, referida à história da fábrica, entre 1935-1944, e da empresa, a partir de 1951; o da transição de o barracão ou fábrica velha para a fábrica nova, de 1951 a 1981; o das décadas 1940/1950 caracterizado pelo cruzamento de mundos ou lógicas: *doméstica, industrial, cívica e de mercado*, bem como pela relação fábrica/comunidade com um ascendente da primeira sobre a segunda, e em que se observa o processo de afirmação da fábrica/empresa, designadamente, o aumento exponencial das percentagens de vendas e a entrada por via indirecta de “know-how” industrial alemão, nos processos de fabrico e objectos fabricados; o período de afirmação e predominância da lógica industrial, com a introdução na ML dos métodos de racionalização do trabalho e o incremento da formação de mão de obra especializada, técnica e profissional, na década de 1960; e finalmente, o relato referente à fase de desenvolvimento da inovação com o fabrico de protótipos, ancorada na tradição e persistência da lógica doméstica.

A quarta trajectória é a do “homem de confiança do patrão” composta de três extensos relatos que vão desde “os tempos do barracão”, com a marcação de ponto, o armazém, os escritórios e os agentes de venda até à fase da busca da eficácia, com a dominância dos números na identificação de pessoas, coisas e objectos, como é típico da lógica industrial, passando pelo processo de afirmação da fábrica como regulador da actividade das populações, com o toque da sirene enquanto valor simbólico e recurso, e a projecção do local no nacional, mediante a expansão da fábrica e empresa.

A quinta e última trajectória é a do “sindicalista”, simultaneamente, membro e estranho em relação ao colectivo fabril que por sua vez analisa. Com apenas um relato em que se acentua o traçado do itinerário profissional dos “trabalhadores velhos” e dos “jovens” que tinham entrado para a empresa aos 14 anos, chamados por aqueles de “lavradores”, desenvolve-se em paralelo com o percurso de grandeza tecnológica da empresa:

*“...nos anos 1960 a ML viveu um grande crescimento...trabalhávamos lá mais de 600 trabalhadores... fabricavam-se dia e noite camas e beliches para Angola, fazia-se também material hospitalar, as famosas camas de operações, mobiliário de escritório, como a famosa linha Cortez que trouxe uma grande revolução técnica e tecnológica...o fabrico era de certo modo artesanal embora acompanhasse a inovação...com a adaptação de máquinas, peças e ferramentas que passavam pelo próprio fabrico interno da empresa...a Metalúrgica era o que havia de melhor em todo o concelho de Felgueiras, ... única, em termos de grandes empresas...”*

Tentando agora a articulação das trajectórias (A. Strauss, 1992) com base numa interpretação orientada pelo método de “codificação aberta” (A. Strauss, 1989) sintetizam-se alguns aspectos elucidativos dos fenómenos caracterizadores do “fenómeno ML” e, por seu intermédio, um processo social de mudança que a empresa e a sua história (aqui analisada enquanto “trajectória” protagoniza e que as trajectórias traçadas, para além do mais, também configuram. Do ponto de vista da investigação sociológica, realça-se a “competência dos actores” capaz de “produzir em situações determinadas argumentos aceites por outros”, não se limitando aos discursos mas comprometendo também os objectos (Cerruti, 1991). Destaca-se assim o papel que se reconheceu à “cognoscibilidade dos actores sociais, elemento que em parte constitui as práticas sociais” (Giddens, 1984). Por exigências da história prestou-se uma atenção particular à “dimensão temporal do caso e às diferentes etapas existenciais vividas pelos indivíduos no limite, no contexto das suas biografias” (Cerruti, 1991) o que se traduziu num esforço de reconstituição das trajectórias dos indivíduos, mediante o qual se procurou “descrever e estudar as mudanças nas formas sociais e chegar assim concretamente a uma concepção das relações sociais... como realidades estruturadas, mas continuamente ancoradas nos comportamentos individuais”.

No seu conjunto, as cinco trajectórias “exemplares” apresentadas, umas mais centradas no *mundo industrial* e outras mais típicas do *mundo doméstico*, graças às informações que os respectivos agentes “guardam” e transmitem, permitem ainda, para além do mais, esboçar o perfil de quadros de gestão intermédia (chefe de produção, encarregado geral) em Portugal, na década de 1960, período em que na ML se inicia a introdução dos chamados métodos de racionalização do trabalho, em relação com a vaga de fundo “fordista” que começava a fazer-se sentir no sistema produtivo industrial nacional.

Deve observar-se ainda, finalmente, na economia do discurso narrativo da fábrica que esses agentes sociais, nossos “informantes”, são, para além de actores, actantes, facto que não deixou de interferir na descrição e análise realizadas, precisamente, numa altura em que a Metalúrgica da Longra se tornou num dos mais emblemáticos casos de falência da indústria nacional ocorridos na nossa história recente e, nessa medida, também, um problema social, notícia pública e objecto de interesse para a “sociedade crítica”.

Quanto aos conteúdos dos relatos, prendem-se com “esses seres industriais” (operários, encarregados, engenheiros...), instância em que as exigências técnicas e administrativas podem entrar em compromisso com as preocupações do pessoal e se revestem da qualidade de “seres operatórios de fronteira” (Thevenot e Boltanski, 1989) visível na sua capacidade para integrarem a eficácia (lógica industrial) com a convivialidade (lógica doméstica). O que nos permite, por seu intermédio, articular exigências e elementos que relevam de lógicas distintas e/ou estados diferentes da mesma lógica e, através dessa pluralidade de formas de coerência, apelando nomeadamente a formas de compromisso entre duas ou mais delas, nos possibilitarem ainda reconhecer, com maior facilidade, a montagem compósita que é a empresa, como se tem vindo a procurar demonstrar.

Outra regularidade a destacar é a da já mencionada prática das alcunhas, costume antigo dos trabalhadores da fábrica a que andava (in)directamente subjacente o domínio da família e que parece servir à criação do espaço fabril no plano do simbólico, ao referirem-se quase sempre a elementos “naturais” do mundo rural: ... o *Farelo*, o *Parreco*, o *Adubo*, o *Jumenta*, os *Pombinha*, o *Azeitona*, o *Rebanho*, o *Ovilheira*, o *Pita Arisca*, o *Lobo*... e a elementos sociais: ... o *Padre*, o *Bispo*,

*o Ano Velho...* ou também, simplesmente, a características pessoais: ...*o Cú de Arroz...* e ainda a pormenores relacionados com funções ou tarefas exercidas na fábrica: ...*o F das Borrachas, o Rolba, o Zé dos Stocks, os irmãos Prontinho...*

Forma de reconhecimento em meio fabril de indivíduos naturais ou residentes em meio rural, as alcunhas adquirem assim significado particular ao funcionarem como elemento de ancoragem de relações, pelo vínculo da confiança próprio da lógica doméstica.

No que se refere às narrativas e à dimensão descritiva dos actores destaca-se o facto de em situações privilegiadas se explicitar o sentido de justiça dos actores, como se verifica por exemplo quando denunciam “*os moços...os ambulantes que foram para a fábrica nos anos mais recentes e que não conheciam nada disto...*” “ou, reportando-se a factos que terão concorrido para a falência da empresa, em 1995,” “*...esse senhor que para aí veio deu cabo da riqueza toda da ML...*”. Comentários deste tipo protagonizam uma forma de denúncia pública, em nome da história de grandeza da fábrica que reactualizam, ao mesmo tempo que, em verdadeiro “regime de acção de disputa em justiça” (Boltanski, 1993) reclamam a mudança de mãos da fábrica, na fase final da sua existência, nos inícios da década de 1990. Paralelamente a esse processo, opera-se um outro mediatizado pela seguinte transformação da fábrica. Esta, desde o seu início, agenciadora de recursos da comunidade e dela se tornando, por sua vez, progressivamente, dispositivo material de importância durante mais de 70 anos, vem, quando se encontra em situação iminente de fechar em definitivo, e por acção desse sentido de justiça dos actores, a ser explicitamente reapropriada pela comunidade no plano do simbólico, como coisa sua.

Numa apreciação global dos relatos dimensionalizados, evidencia-se que as situações e as narrativas dos episódios e sequências de acção se enquadram em dois *modos* fundamentais *de acção*: *o da justeza*, dominante na fábrica até, praticamente, ao período final do seu encerramento e declaração de falência, e *o da justiça* que aflora na sua derradeira fase, de crise insuperável e impossibilidade de se forjar um compromisso, figura esta que marcou duradouramente a história da fábrica.

Predomina porém o registo da *acção em justeza*, na exacta medida em que relatando os informantes as relações que mantêm ou mantiveram com, na e pela fábrica ML, em períodos dilatados de tempo, aquelas traduziram-se numa adequação entre elas e as suas trajectórias e a própria fábrica. Também por essa via a fábrica se afirma como objecto compósito, centro agregador e produtor de objectos de grande difusão ao ponto de se tornarem conformadores de espaços públicos, com muitos e diversos equipamentos colectivos. Na última fase, episódios e sequências de acção relevam de lógicas diversas, designadamente da doméstica e industrial, presentes desde o início da fábrica, e da *mercantil*. Conformam-se assim com o que chamamos de ciclo doméstico e ciclo industrial de produção que se encontram por sua vez pontuados por episódios que relevam de outras ordens ou lógicas, como a *cívica ou da opinião*, já que se trata de uma unidade industrial nascida pouco depois da I Guerra Mundial, em que o seu fundador, velho republicano, foi soldado, mas que soube sempre aproveitar, por um lado, para a sua produção, do próprio curso da história (designadamente da procura de certos bens como por ex. camas de campanha e beliches, com o deflagrar de grandes conflitos como a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial e a Guerra Colonial), e conseguiu, por outro lado, aprender, desde cedo, a cuidar da sua imagem junto do público, criando uma corrente de opinião que lhe foi francamente favorável.

## Na linha de fronteira Tradição/Inovação

O modelo de fábrica a que comumente é atribuída uma congruência de recursos sob uma única lógica, não se encontra no estudo que fizemos e que acompanhou os 70 anos de história da ML. Pelo contrário, fomos nela encontrando ao longo dos tempos uma capacidade de mobilizar recursos heterogêneos, de naturezas diversas, uma capacidade de convergir para o acordo, pela adaptação permanente, onde a secção de cunhos e cortantes serviu de dispositivo privilegiado de inovação, proporcionando ganhos de produtividade, com a pequena transformação, as *maquinazitas* que faziam com que um parque de máquinas rudimentar e obsoleto fosse capaz de produzir material cirúrgico e hospitalar altamente sofisticado para o nosso meio, à época. A atenção desperta para o que se fazia lá fora e o aproveitamento da habilidade natural dos que viam na MIT /ML, a “Escola”, o “melhor cartão de visita”, isto em termos de reprodução social.

Sob essa nova lógica global de acção, integradora do vínculo doméstico da confiança e da busca da eficácia industrial, construída na relação comunidade-fábrica, designadamente pelas condições de abertura à mobilidade social, o dia-a-dia forjava, pela convergência para o acordo, uma nova figura, o compromisso que sobredeterminou todo o longo processo de produção da ML e cuja compreensão se alcança pela interpretação que se faça das redes de ligações com que se tece e que fizeram da ML a fábrica pioneira, premiada, expoente primeiro da produção nacional de material cirúrgico e mobiliário hospitalar, e mais tarde, da introdução do conceito “linhas” do design industrial, com expressão especial na secção de Desenho e na criação do Gabinete de Estética. Tudo aspectos, que no seu conjunto, confluem, em suma, para tornar a Metalúrgica da Longra num caso paradigmático no modo de “industrialização” portuguesa.

Ora os compromissos compreendem no seu dispositivo “peritos domésticos” (Thévenot) que se nos revelaram na figura dos actantes, com a responsabilidade de “interpretantes” ou “codificadores” que acomodam informações domésticas e industriais.

É então pela descodificação dessa função interpretante dos “peritos domésticos”, os actantes que identificamos, tornada particularmente visível na análise das redes construídas na acção em que se opera o interface, ou seja, em que se torna clara a recomposição dos recursos investidos, a acção de convergência para o acordo, a construção do compromisso, que se prossegue agora, seguindo-os. Desde logo, através do que na rede industrial/mercantil forja o *compromisso* que está no cerne da própria empresa, a acção que se reclama da oportunidade, na *lógica do mercado* compatibilizada com a acção que encontra a sua justificação na eficácia sob a *lógica industrial*. É disto exemplo o discurso que a seguir se transcreve, sublinhando a expressão que traduz a procura do *compromisso*:

*“enquanto não se verificar a aceitação do objecto por parte do consumidor, ele não é efectivamente um produto industrial mas apenas exteriorização de um dom criador. O artista pode correr o risco de a sua obra não encontrar aceitação porque ele a criou por satisfação própria, a empresa, e com ela o design não podem correr esse risco, ou têm pelo menos de o minimizar porque produzem para satisfação de outrem: a comunidade a que se destinam. Trata-se em última análise de uma atitude que procura harmonizar a produção e as exigências do mercado, numa óptica funcional e pragmática conjugada com valores estéticos e revestida dos atributos próprios de um determinado momento: por um lado as capacidades tecnológicas, a*

*comunicação e o design e por outro reflexo da dialéctica mercado/empresa permitem, mais do que responder às necessidades do consumidor, antecipá-las.<sup>11</sup>*

O carácter programático deste depoimento do empresário que foi, desde finais dos anos 1940 ao início dos anos 1970, administrador da MIT /ML, corresponde a um discurso público da empresa: *empresa-marketing-design*, discurso dominante na sua última etapa de desenvolvimento, e nele se revela a figura do compromisso onde se compatibilizam as lógicas industrial e mercantil, pela convocação de outras redes, apesar de apenas esboçadas, como a da relação mercantil/renome, através da alusão ao marketing e à comunicação e a da relação industrial/inspiração, na referência ao produto e ao design do produto. O design, objecto onde a intersecção tradição/inação se corporiza e que representa, por outro lado, o custo do compromisso entre a lógica industrial e a lógica de inspiração: *“O design torna-se uma disciplina e um novo modo de ser industrial, mobiliza recursos técnicos do sector produtivo dando origem à formação de mão-de-obra mais qualificada. Cria-se uma escola,<sup>12</sup>* (este último facto referido, relevando já de uma outra lógica, a cívica).

Este depoimento sintetiza assim o que está em jogo nessa etapa do desenvolvimento da empresa, identificando as *lógicas em acção*, desde a de *inspiração à cívica*, passando necessariamente pelas lógicas *industrial e mercantil*, bem como os compromissos estabelecidos com predomínio da lógica industrial, e as redes de relações estabelecidas. Enquanto discurso público da empresa é fundamentalmente enformado pela lógica de opinião, na medida em que a argumentação que nele se desenvolve expressa de forma clara quanto passa pela opinião dos outros que procura, contudo, formar, o renome, bem superior comum, a este nível em jogo. Como o administrador F. Seixas concretiza:

*“A preocupação de compreender o consumidor, de se meter na sua pele, de partilhar a sua apetência ao objecto (que) é a essência da filosofia do marketing e por isso alguém justamente afirmou que ... é o anti-caso...”*

Aliás, é quanto a nós, sob a égide do renome, que verdadeiramente se torna possível fazer a análise das redes constituídas. Isto, na medida em que, é pelo “renome” dos produtos “marca L”, sucessivamente, fabricados: artefactos domésticos, material cirúrgico e mobiliário hospitalar, mobiliário de escritório, que o local de inserção da fábrica se vai projectar á escala nacional e internacional, já na década de 1960, quando a política económica do Estado Novo se direcciona para o incremento da diversificação de relações económicas, com abertura do mercado à Europa. Por essa via de generalidade pela singularidade é que se faz a qualificação da empresa, nesse processo se qualificando socialmente os que nela trabalham e nela, mais do que em qualquer outra referência cultural, se reconhecem:

*“Nous citons comme exemple les bureaux MIT, utilisant le système de combinaison des tablettes, des caissons latéraux, des panneaux, des tiroirs et de autres éléments de construction. Nous avons ainsi obtenu avec huit modeles différents de tablettes, construits de façon à recevoir indifféremment n'importe quel type de caissons*

<sup>11</sup> SEIXAS, Fernando – *Indústria e Design: depoimento de 1970*. “Cadernos de Design” Lisboa: IADE, Ano I, nº 2, 1992, p. 121-127.

<sup>12</sup> SEIXAS, Fernando – *Indústria e Design*. Lisboa: Safil, Companhia Internacional de Artes Gráficas, 1973, p.7-22.

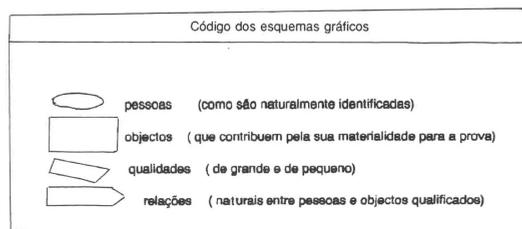
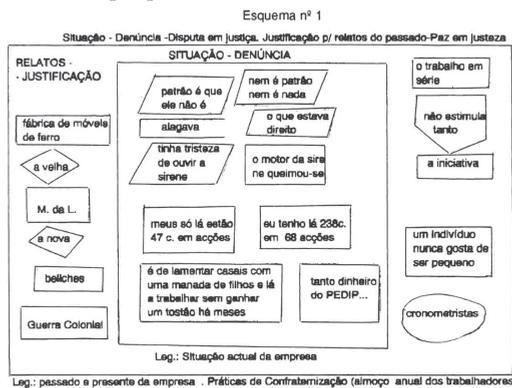
*ou élément lateral, une multiplicité de combinaisons des éléments de laquelle resulteront tous les types de bureaux qu'on puisse prétendre*<sup>13</sup>

Nos objectos e modo singular da sua realização técnica - a inovação pela cópia “tradução”, potenciando os saberes e práticas tradicionais -, denominador comum que garante a comunicação e partilha de culturas, por aí, através dos seres e objectos qualificados nas linhas (/de fronteira), adquirindo novo sentido as diferentes configurações de sentidos.

É assim no estudo analítico dessa realidade compósita que é a empresa “dispositivo complexo composto de elementos que relevam de naturezas diversas, doméstica, industrial, mercantil” (Thévenot, L., 1989) que adquire visibilidade a relação não dicotómica tradição/inovação atravessando qual linha de fronteira os modos de organização da produção, o compromisso que entre eles se estabelece e as modalidades de reprodução social em torno das quais se podem observar formas de mobilidade social ascendente que por seu intermédio se viabilizam.

### Denúncia e disputa em justiça.

Feita a análise morfológica e sintáctica, por assim dizer, do discurso narrativo da fábrica, prossegue-se pela sua análise semântica, agora assente no inventário de recursos nela agenciados e correspondentes cenários justificativos das acções dos actores sociais,<sup>14</sup> graficamente representados no quadro que se segue, em ordem a compreender o significado da realidade económica e social que é a fábrica ML e o sentido que por esta se veicula.



<sup>13</sup> Catálogo da ML, edição em francês, 1969 “Mobilier métallique MIT”

<sup>14</sup> O que implicou traçar 8 maquetes ou esquemas de agregação dos recursos e representação gráfica dos cenários segundo a diversidade de lógicas em jogo, mas que aqui nos eximimos de incluir, por exigência de economia de texto. Cfr. LAGE, Maria Otília Pereira – *Comunidade e Fábrica. Na linha de fronteira Tradição-Inovação: Um caso no modo português de industrialização*. Braga: UM, 1995, p. 295-315

Neste primeiro diagrama traçado, o único aqui apresentado, a título ilustrativo, é esquematicamente representada, pelo recurso a *peessoas* envolvidas, *objectos* mobilizados, *qualidades* em confronto e *estados e relações* estabelecidas entre pessoas e objectos, a situação da empresa na última fase crítica por que passou. É patente a acumulação de factores impeditivos da procura de compromisso relevando, pelo contrário, e em contraponto, à prova de justificação histórica da empresa os elementos de denúncia da situação existente gerada. É invocada a velha fábrica de móveis de ferro que evoluiu para a moderna ML que tendo começado por fabricar beliches, ainda enquanto MIT, rapidamente aderiu à produção em série o que lhe conferiu a qualificação de “grande”. Esta qualidade é contraposta à situação existente em que o próprio motor da sirene foi deixado por reparar por um patrão a quem se não reconhece tal qualidade e que deixou que “se alagasse o que estava direito” levando a que casais com “manadas” de filhos lá trabalhassem sem ganhar um tostão há meses; e isso apesar da entrada na empresa de “tanto dinheiro do PEDIP”.

Estes modos de acção em situação relevam dos regimes de acção de paz em justeza, por um lado, e de disputa em justiça, pelo outro, porquanto põem em equivalência pessoas apoiando-se nos objectos para as qualificar quanto à sua grandeza.

Ao longo desta análise, especialmente no que se refere ao encerramento definitivo da fábrica por declaração de falência, em meados dos anos 1990, a denúncia esteve sempre latente ou explícita, tendo sido por isso referenciada de forma a-sistemática. Ao autonomizar aqui o seu tratamento, impõe-se-nos antes de mais explicar os fundamentos desta opção.

A denúncia traduz-se quase sempre num rasgo individual, e só na medida em que é susceptível de se transformar em causa pública perde os contornos de acção em que o risco de “anormalidade”, “marginalidade” e “exclusão” é definitivamente afastado.

Na abordagem feita à fábrica nos múltiplos encontros, conversas informais e entrevistas realizadas para a reconstituição da sua história, bem como em todo o trabalho de análise dos regimes de acção que se tem vindo a apresentar, a denúncia do estado a que a fábrica chegara, nunca deixou de estar presente.

A denúncia operada era feita em grande medida em nome da história da ML que se procurava dar a conhecer e que encontrava os meios de a conhecer por dentro dos discursos dos que a construíram e só na interacção colectiva e pela sua análise apoiada nos relatos dos actores, se torna apreensível como novo sentido da invocação de um passado de grandeza da fábrica associado à mobilidade social ascendente daqueles. Assim era no silêncio das coisas, da paz em justeza forjada na acção de convergência para o acordo – em que as operações de justificação tomam por base um conhecimento comum onde se apoiam os argumentos e os dispositivos submetidos à aprovação de todos – o qual subjaz à construção do compromisso que encontrava na relação comunidade-fábrica a sua razão legitimadora, que a bandeira da denúncia adquiriria a sua real dimensão, a da causa colectiva.

A passagem ao *regime de acção de disputa em justiça* corresponde à situação de ruptura de toda a possibilidade de convergência para o acordo que caracterizou a actuação dos actores ao longo de décadas de *regime de acção de paz em justeza*, levando ao rompimento do *compromisso* que a sobredeterminou, compõe com as diversas lógicas em presença uma figura exemplar, um caso na “industrialização” portuguesa. A sua análise permite concluir que os actores em situação

põem em equivalência pessoas, qualificando-as segundo a sua grandeza, mobilizando para o efeito, como prova, um dispositivo complexo que envolve o passado de *paz em justeza* da ML que a pequenez do último dono da fábrica respaldada nos objectos, cuja desagregação realçam, impede qualquer tentativa de nova composição. Os actores sociais fazem-se *porta-voz das coisas que os rodeiam* - a ML, em crise - *e que pela sua boca exigem mudar de mãos para que, uma vez feita justiça, a justeza silenciosa das gentes e das coisas possa de novo instaurar-se* (Boltanski, 1990). Ao fazerem-se porta-vozes das coisas cuja afectação exigem que mude de mãos, fazem-se eco da causa colectiva que denunciava a desregulação da actividade das populações pelo silenciamento da sirene, símbolo no processo de encerramento da Metalúrgica.

## CONCLUSÃO

Estudou-se aqui o processo de surgimento, evolução e crise da fábrica/empresa Metalúrgica da Longra no concelho de Felgueiras, através das competências demonstradas pelos seus actores sociais sob o *modo de acção de justeza* onde predomina a capacidade de adaptação e de chegar a acordos e sob o *modo de acção de justiça* onde sobreleva a *disputa*, exigindo a justificação e a argumentação por parte deles.

Na verdade, a um período longo na espacio-temporalidade da fábrica de ajustamentos progressivos em que os conflitos emergentes são rapidamente sanados, e onde prevalecem o acordo, a adaptação e a assimilação pelos agentes, veio a suceder um período de crise aguda onde o modo de acção que passa a dominar é o *da disputa em justiça*, traduzindo-se na exigência de que a fábrica mude de mãos. A este modo de acção anda associada a emergência, ainda que marginal, de manifestações de outros modos de acção atípicos na situação, como o *da disputa em violência* marcado pela impossibilidade de pôr em equivalência *estados-seres* e *estados-coisas*, incapaz de qualificar as pessoas em situação, pelo estado de grandeza que demonstrem, porquanto coisifica as pessoas e a que a declaração final de falência da empresa não é alheia.

O modelo de análise da fundação, desenvolvimento, declínio e encerramento por falência, de uma empresa como a Metalúrgica da Longra, por nós adoptado, e que, assente no reconhecimento da *competência dos actores sociais*, mobiliza articuladamente o económico e o social num quadro conceptual composto em especial, a partir da teoria dos recursos e da sociologia da acção, supõe uma explanação que não cabe nos limites deste artigo.

Tal modelo de análise que se revelou no caso estudado de grande potencial operatório para a compreensão da realidade compósita que é toda a empresa, mormente na sua relação com a comunidade, permitiu ainda estabelecer a hipótese de no que se refere ao espaço económico e social português podermos estar em presença de um processo histórico não tanto de “industrialização” mas antes do que designamos por “fabrilização nacional”, na medida em que se tornou evidente, neste caso paradigmático que é o da Metalúrgica da Longra, a incapacidade final demonstrada de reconversão dentro da fileira, virtualidade que é característica de um autêntico tecido industrial.

Mas esta é, por fim, a hipótese de partida para um novo estudo macro susceptível de encontrar, no aqui apresentado, uma sólida ancoragem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L., 1987, *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L., [et.al.], 1989, *Justesse et justice dans le travail*, "Cahiers de Centre d'Etudes de l'Emploi". Paris: PUF.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L., (eds), 1989, *Justesse et justice dans le travail*, Cahiers de Centre d'Etudes de l'Emploi, PUF, pp.135-207
- CALLON M., [et.al.], 2001, *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil.
- THÉVENOT, L., 1989, "Economie et politique de l'entreprise; économies de l'efficacité et de la confiance" in Boltanski, L., Thévenot, L., (et. al.), *Justesse et justice dans le travail*, "Cahiers de Centre d'Etudes de l'Emploi". Paris: PUF, pp.135-207.
- THÉVENOT, L., 1997, "Un gouvernement par les normes; pratiques et politiques des formats d'information", in Conein, B. et Thévenot, L. (eds.), *Cognition et information en société*, Paris, Ed. de l'EHESS (Raisons Pratiques 8), pp.205-241.
- THÉVENOT, L., 1996, "Mettre en valeur la nature; disputes autour d'aménagements de la nature en France et aux Etats-Unis", *Autres Temps. Cahiers d'éthique sociale et politique*, n°49, pp.27-50.
- LAGE, Maria Otília Pereira – *Comunidade e Fábrica. Na linha de fronteira Tradição-Inovação: Um caso no modo português de industrialização*. Braga: UM, 1995 (policopiado)
- LAMONT, M., THÉVENOT, L. (eds.), 2000, *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NUNES, João Arriscado, 1994, *Reportórios, configurações e fronteiras: sobre cultura, identidade e globalização*. In "História Acolá". Porto:[s.n.] .
- REIS, José, 1987, *Os espaços da industrialização* "Revista Crítica de Ciências Sociais", n° 22, p. 13-33.
- REIS, José, 1992, *Os espaços da indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Org., 1993, *Portugal: Um retrato singular*. Porto: ASfrontamento.
- SEIXAS, Fernando, 1992, *Indústria e Design: depoimento de 1970*. "Cadernos de Design" Lisboa: IADE, Ano I, n° 2, 1992, p. 121-127.
- SEIXAS, Fernando, 1973, *Indústria e Design*. Lisboa: Safil, Companhia Internacional de Artes Gráficas.
- STRAUSS, Anselm, BASZANGER, Isabelle, 1992, *La trame de la négociation: sociologie qualitative et interaccionisme: textes réunis et présentés par I. Baszanger*. Paris: Ed. L'Harmattan
- STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliette, 1990, *Basics of qualitative research: Grounded Theory: procedures and techniques*. London: Sage.